

GD - GD Geração
Distribuída
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
GD - Geração Distribuída Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GD - Geração Distribuída Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GD - Geração Distribuída Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial individual e consolidado da GD - Geração Distribuída Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

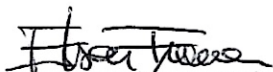


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 16 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE


Francisco Edson Sousa de França
Contador CRC CE 019801/O-0

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
			(Não auditado)		(Não auditado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	144.580	244	148.380	244
Aplicações financeiras		-	7.200	-	7.200
Impostos a recuperar		91	-	115	-
Adiantamentos a fornecedores		21	-	854	-
Outras contas a receber		10	-	156	-
Total do ativo circulante		144.702	7.444	149.505	7.444
Ativo não circulante					
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10	27.025	12.263	-	12.263
Outros ativos		12.285	-	12.285	-
Outros contas a receber	10	40	-	40	-
Investimentos	11	178.497	-	-	-
Imobilizado	12	11	-	238.481	-
Ativo de direito de uso	13	-	-	25.512	-
Ativo intangível		91	-	327	-
Total do ativo não circulante		217.949	12.263	276.645	12.263
Total do ativo		362.651	19.707	426.150	19.707

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
			(Não auditado)		(Não auditado)
Passivo circulante					
Fornecedores	14	2.785	-	19.225	-
Obrigações sociais		42	-	42	-
Obrigações fiscais		10	-	380	-
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-	221	-
Outras contas a pagar		-	-	33	-
Passivo de arrendamento	13	-	-	811	-
Total do passivo circulante		2.837	-	20.712	-
Passivo não circulante					
Outras contas a pagar	10	-	-	25	-
Passivo de arrendamento	13	-	-	24.778	-
Total do passivo não circulante		-	-	24.803	-
Patrimônio líquido					
Capital social	15	379.550	-	379.550	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		50	19.706	50	19.706
Varição de participação em controlada	11	(20.794)	-	(20.794)	-
Reservas de lucros	15	1.008	1	1.008	1
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		359.814	19.707	359.814	19.707
Participação de não controladores		-	-	20.821	-
Total do patrimônio líquido		359.814	19.707	380.635	19.707
Total do passivo e patrimônio líquido		362.651	19.707	426.150	19.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Receita operacional líquida	16	-	-	4.876	-
Custo das vendas	17	-	-	(1.980)	-
Lucro bruto		-	-	2.896	-
Despesas gerais e administrativas	18	(1.624)	-	(1.824)	-
Despesas tributárias		(30)	-	(112)	-
Equivalência patrimonial	11	2.085	-	-	-
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		431	-	960	-
Receitas financeiras		604	1	610	1
Despesas financeiras		(28)	-	(50)	-
Receitas financeiras, líquidas		576	1	560	1
Resultado antes dos impostos		1.007	1	1.520	1
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	-	-	(525)	-
Lucro líquido do exercício		1.007	1	995	1
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.007	1	995	1
Acionistas não controladores		-	-	12	-
Lucro líquido do exercício		1.007	1	1.007	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	1.007	1	1.007	1
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	1.007	1	1.007	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD - Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuído aos acionistas controladores									
	Capital social		Adiantamento para aumento futuro de capital	Variação de participação em controlada	Reservas de lucros			Total controladora	Participação atribuída a não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital integralizado	Capital a Integralizar			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	19.706	-	-	-	-	19.706	-	19.706
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Transferência para retenção de lucros	-	-	-	-	-	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	1	(1)	19.706	-	-	1	-	19.707	-	19.707
Aumento de capital	15	379.549	1	(19.706)	-	-	-	359.844	-	359.844
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	50	-	-	-	-	50	-	50
Ajustes de participação em investimentos	11	-	-	(20.794)	-	-	-	(20.794)	20.834	40
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.007	1.007	(13)	994
<i>Destinação do lucro:</i>										
Constituição de reserva legal	15	-	-	-	50	-	(50)	-	-	-
Transferência para retenção de lucros	-	-	-	-	-	957	(957)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	379.550	-	50	(20.794)	50	958	-	359.814	20.821	380.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GD Geração Distribuída Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.007	1	1.007	1
Ajustado por :				
Depreciação	12 -	-	1.828	-
Resultado da equivalência patrimonial	11 (2.085)	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	(2)	-	(2)
Ajustes de Participações Societárias	(1)	-	(1)	-
Juros de Arrendamentos	-	-	34	-
Imposto de renda e contribuição social	19 -	-	525	-
	(1.079)	(1)	3.394	(1)
Variações:				
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Adiantamentos a fornecedores	(21)	-	(854)	-
Impostos a Recuperar	(91)	-	(115)	-
Outras contas a receber	(33)	-	(196)	-
	(145)	-	(1.165)	-
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	14 2.785	-	19.226	-
Obrigações sociais	42	-	42	-
Obrigações fiscais	10	-	380	-
Outras contas a pagar	-	-	58	-
Passivo de arrendamento	-	-	87	-
	2.837	-	19.793	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.613	(1)	22.022	(1)
Juros de arrendamentos pagos	13 -	-	(94)	-
Impostos pagos sobre o lucro	19 -	-	(304)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.613	(1)	21.624	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgates /Aplicações financeiras	7.200	(7.198)	7.200	(7.198)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	10 (14.762)	(12.263)	12.263	(12.263)
Adições de imobilizado	12 (12)	-	(240.254)	-
Outros ativos	(12.285)	-	(12.285)	-
Aumento de investimentos em controladas	11 (159.767)	-	-	-
Ativo Intangível	(91)	-	(327)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(179.717)	(19.461)	(233.403)	(19.461)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	15 322.400	-	359.885	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 40	19.706	40	19.706
Pagamento de arrendamentos	13 -	-	(10)	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	322.440	19.706	359.915	19.706
Aumento de caixa e equivalente de caixa	144.336	244	148.136	244
Variação de caixa e equivalente de caixa				
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	244	-	244	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	144.580	244	148.380	244
Aumento de caixa e equivalente de caixa	144.336	244	148.136	244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A GD - Geração Distribuída Participações S.A. (“Companhia” ou “GDSun”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 26 de agosto de 2019, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à avenida Brigadeiro Faria Lima, número 3311, 5º andar, conjunto 502 Parte C. A Companhia tem como atividade principal o investimento em outras empresas (controladas diretas ou indiretamente em conjunto, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

A GDSun, através de suas subsidiárias, adquire projetos em fase pré-operacional onde são contratados EPCistas de primeira linha para construção das usinas fotovoltaicas. Atualmente, a GDSun conta com mais de 32 projetos em fase pré-operacional que estão em implantação e 4 projetos operacionais (Canas e Presidente Alves, alocados na SPE – Autogeração Solar SP e Oliveira dos Brejinhos e Bom Jesus da Lapa, alocados na SPE Solargrid Autogeração Solar BA).

Os projetos da GDSun são adquiridos diretamente ou através de parceiros. Em determinados casos, é constituída uma sociedade com estes parceiros via a criação de “subholdings” de investimentos para deter os respectivos projetos originados por este parceiro. Em todos os casos a GDSun é a controladora.

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 482/2012 da Aneel e são arrendados aos clientes finais. A GDSun tem como clientes empresas com sólida capacidade de crédito e bem estabelecidas no mercado brasileiro, e em sua maioria com presença nacional, como: Claro, Raia Drogasil, Órigo e Magazine Luiza.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

1.1 Relação das entidades controladas

<i>Controladas diretas:</i>	% de Participação	
	2020	2019
Auto Geração Solar Bahia Ltda. (SPE)	100	-
Auto Geração Solar São Paulo Ltda. (SPE)	100	-
GDPAR GDSolar Participações S.A. (Holding)	80	-
GDPAR DGSTOT Participações S.A. (Holding)	100	-
GDPAr Solarian Part. S.A.	100	-
Autogeração Solar Minas Gerais Ltda.	100	-
Autogeração Solar Alegrete Ltda.	100	-

<i>Controladas indiretas:</i>	% de Participação	
	2020	2019
UFVs ORIGO Energia – Gdpar GDSolar Holding		
UFV MG XXIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
SPE MG XVIII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV MG XXI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV MG XXII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV MG XIX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
SPE MG XV Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV MG XVI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV MG XX Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV MG XVII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFVs Magazine Luiza - Gdpar GDSolar Holding		
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV RS II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV BA II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	80	-
<i>Controladas indiretas:</i>	% de Participação	
	2020	2019
UFVs Raia Drogasil – Gdpar Solarian Holding		
Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 4 SPE Ltda.	100	-
Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 5 SPE Ltda.	100	-
Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 6 SPE Ltda.	100	-
Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 7 SPE Ltda.	100	-
Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 9 SPE Ltda.	100	-
Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unid. 10 SPE Ltda.	100	-
UFVs Raia Drogasil – Gdpar DGSTot Participações		
DGS-1 Locadora SPE Ltda.	100	-
DGS-2 Locadora SPE Ltda.	100	-
DGS-3 Locações e Manutenção de Maquinas e Equipamentos SPE Ltda.	100	-

1.2. Impactos causados pela Pandemia causada pela COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 31 de dezembro de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros é esperado com retração dos Produtos Internos Brutos - PIB das maiorias dos países.

A Administração implantou alguns procedimentos, dentre eles, a adoção de teletrabalho (*home office*) para parte dos colaboradores, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Companhia, adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

A atividade econômica da Companhia não sofreu impactos representativos em decorrência da Pandemia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores da Companhia em 16 de abril de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

4 Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 13 - Arrendamentos

Determinação se os contratos de arrendamentos se classificam em operacionais ou financeiros.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota 13 – arrendamentos

Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.

(ii) Participação de não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receita de Contratos com Clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado a disposição do cliente devidamente conectado a rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não concede benefícios de longo prazo a seus empregados.

e) Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente das controladas diretas e indiretas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável (base de presunção de 32%) excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (base de presunção de 32%) para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A controladora está enquadrada no regime de tributação do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

f) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

j) *Redução ao valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

l) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m) Transações em moedas estrangeiras

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Para os itens de adiantamentos á fornecedores estrangeiros, conforme ICPC 21, não há reconhecimento de variação cambial.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Caixa	-	-	5	-
Bancos conta movimento	1.091	244	2.844	244
Aplicações financeiras	143.489	-	145.531	-
	144.580	244	148.380	244

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Ativos				
<u>Não Circulante</u>				
Auto Geração Solar Bahia (a)	10.205	6.383	-	6.383
Auto Geração Solar São Paulo (a)	6.347	5.880	-	5.880
GDPAR DGSTOT Participações S/A (a)	975	-	-	-
Auto Geração Solar Minas (a)	8.562	-	-	-
Auto Geração Alegrete (a)	935	-	-	-
GD Solar Holding S/A	40	-	40	-
	27.065	12.263	40	12.263
Partes Relacionadas – Ativo	27.065	12.263	40	12.263

Controladora

Consolidado

	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Passivos				
<u>Não Circulante</u>				
BRL Solar Equipamentos Ltda. (b)	-	-	3.494	-
GDSolar Energia Ltda.	-	-	21	-
Outros	-	-	4	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Partes Relacionadas – Passivo	<hr/> - <hr/>	<hr/> - <hr/>	<hr/> 3.519 <hr/>	<hr/> - <hr/>

- a) Em 2020 e 2019 foram enviados recursos as respectivas investidas para honrar compromissos com os fornecedores responsáveis pela construção das Unidades Fotovoltaicas.
- b) Fornecedor de Equipamentos de Usinas Fotovoltaicas e acionista da holding GDPPar GDSolar Participações S.A.

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 408 (2019: R\$ 0).

O Grupo não concede benefícios de longo prazo para o pessoal-chave da administração.

11 Investimentos

(i) Composição do saldo - Controladora

Investidas	%	2020	2019
			(não auditado)
	Participação		
Auto Geração Solar Bahia Ltda.	100	19.919	-
Auto Geração Solar São Paulo Ltda.	100	21.664	-
GDPAR GDSolar Participações S.A.	80	83.281	-
GDPAR DGSTOT Participações S.A.	100	1	-
GDPPar Solarian Part. S.A.	100	53.632	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo de Investimentos		<hr/> 178.497 <hr/>	<hr/> - <hr/>

(ii) Movimentação

Investidas	2019 (não auditado)	Aumento de capital	Ajuste participação societária	Equivalência Patrimonial	2020
Autogeração Solar Bahia (a)	-	18.812	-	1.107	19.919
Autogeração Solar São Paulo (b)	-	20.555	-	1.109	21.664
GDPAR GDSolar Participações S/A (c)	-	104.129	(20.799)	-49	83.281
GDPAR DGSTOT Participações S/A	-	1	-	-	1
GDPPar Solarian Part. S/A (d)	-	53.715	-	-82	53.632
Saldo de Investimentos	-	197.212	(20.799)	2.085	178.497

- (a) Participação societária transferida do FIP Darby Servtec para a Companhia em fevereiro de 2020;
- (b) Participação societária transferida pelo FIP Darby Servtec para a Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 18.633 e, aumento de capital de R\$ 1.922 com a incorporação de adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (c) Participação societária ocorrida em junho de 2020 na referida controlada; o ajuste de investimentos é decorrente de bônus de subscrição nos aumentos de capital efetuados na investida cujo sócio minoritário detém 20% de participação na investida se beneficia com o referido bônus de subscrição e mantém sua participação sem efetivamente aportar recursos na investida.
- (d) Participação societária ocorrida em setembro de 2020.

(iii) Dados sobre controladas

	Autogeração Solar SP	
	2020	2019
Ativo total	29.540	26.859
Passivo total	28.430	26.859
Resultado do exercício	1.110	(0,4)
Patrimônio líquido	28.011	24.562
Participação societária em controladas	100%	0%
Resultado de equivalência patrimonial	1.110	-

	Autogeração Solar BA	
	2020	2019
Ativo total	31.759	45.944
Passivo total	30.652	45.944
Resultado do exercício	1.107	(0,3)
Patrimônio líquido	30.124	25.195
Participação societária em controladas	100%	0%
Resultado de equivalência patrimonial	1.107	-

	GDPAR GDSolar Participações S/A	
--	----------------------------------------	--

	2020	2019
Ativo total	121.731	0,7
Passivo total	121.666	2,9
Resultado do exercício	(65)	(2,1)
Patrimônio líquido	104.101	(2,1)
Participação societária em controladas	80%	0%
Resultado de equivalência patrimonial	(49)	-

GDPAR DGSTOT Participações S/A

	2020	2019
Ativo total	9.143	-
Passivo total	9.143	-
Resultado do exercício	(0)	-
Patrimônio líquido	976	-
Participação societária em controladas	100%	-
Resultado de equivalência patrimonial	(0)	-

GDPar Solarian Part. S/A

	2020	2019
Ativo total	65.765	5
Passivo total	53.715	5
Resultado do exercício	(82)	-
Patrimônio líquido	53.632	5
Participação societária em controladas	100%	0%
Resultado de equivalência patrimonial	(82)	-

12 Imobilizado

(i) Composição da conta

		Controladora			
		2020			
	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Computadores e periféricos	20	5	12	(1)	11
Total do Imobilizado			12	(1)	11

Consolidado

	Taxa média de depreciação % a.a	Vida útil em anos	2020		
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido
Computadores e periféricos	20	5	12		12
Imobilizado em andamento (c)	-	-	93.202	-	93.202
Adiantamento para inversões fixas (a)	-	-	90.966	-	90.966
Total de outros ativos			184.210		184.210
<u>Ativos objetos de arrendamentos:</u>					
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres. Alves (b)	4	25	27.012	(787)	26.225
Usina Fotovoltaica - OLB e B JL (b)	4	25	29.032	(986)	28.046
Total de ativos arrendados			56.044	(1.773)	54.271
Total Geral do Ativo Imobilizado			240.254	(1.773)	238.481

- (a) São adiantamentos a fornecedores (Especialistas) responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaicas.
- (b) Ativos subjacentes objetos de arrendamentos operacionais conforme detalhado em nota explicativa nº 13 de arrendamentos.
- (c) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2021.

(ii) Movimentação

	Controladora					
	2019-não auditado		2020			Saldo Final
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência	
Computadores e Periféricos	20	-	12	-	-	12
(-) Depreciação Acumulada	20	-	(1)	-	-	(1)
Total		-	11	-	-	11

Consolidado

	2019 – não auditado		2020			
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo Final
Custo						
Computadores e Periféricos	20	-	12	-	-	12
Imobilizado em andamento	-	-	93.202	-	-	93.202
Adiantamento para inversões fixas	-	-	90.966	-	-	90.966
Total de outros ativos		-	184.210	-	-	184.210
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres. Alves	4	-	27.012	-	-	27.012
Usina Fotovoltaica - OLB e BJI	4	-	29.032	-	-	29.032
Total de ativos arrendados			56.044	-	-	56.044
Depreciação						
Computadores e Periféricos	20	-	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica - OLB e BJI	4	-	(787)	-	-	(787)
Usina Fotovoltaica - Canas e Pres Alves	4	-	(986)	-	-	(986)
Total Depreciação		-	(1.773)	-	-	(1.773)
Total do ativo imobilizado		-	238.481	-	-	238.481

13 Arrendamentos

Ver política contábil na nota explicativa 7 (arrendamentos).

(a) Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos refêm-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

ii) Ativos de Direito de Uso

	Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)
Direito de Uso de Superfície	25.599	-
(-) Depreciação Acumulada	(87)	-
Total Direito de Uso	25.512	-

iii) Passivos de Arrendamento

Descrição	Consolidado			
	2020			
	Adições	Juros	Pagamentos	Saldo Final
Direito de Uso de Superfície	25.599	94	(104)	25.589
Total de Arrendamentos	25.599	94	(104)	25.589
Circulante				811
Não Circulante				24.778

(b) Arrendamentos como arrendador

i) Arrendamento Operacional

O Grupo arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução nº 482/2012 da ANEEL. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos.

A receita de arrendamento reconhecida pelo Grupo em 2020 foi de R\$ 2.670 (2019: R\$ 0).

As tabelas a seguir apresentam uma análise dos vencimentos dos recebíveis de arrendamento dos projetos operacionais e em fase de implantação (que já possuem contratos de arrendamentos firmados), demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base.

Projetos Operacionais

Período	Consolidado	
	2020	2019
2020	2.670	-
2021	9.715	-
2022	10.295	-
2023	10.655	-
2024	11.028	-
2025 em diante	140.818	-
Total	185.181	-

Projetos em implantação

Período	Consolidado	
	2020	2019
2021	35.293	-
2022	51.367	-
2023	53.165	-
2024	50.646	-
2025 em diante	517.329	-
Total	707.780	-

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores				
Convert do Brasil Energia Renovavel Ltda. (a)	-	-	3.959	-
Gazquez - Industria e Comércio de Equipamentos (a)	-	-	2.745	-
EDP SP Distrib.Energia S.A.	-	-	123	-
Brval Electrical Ltda (a)	-	-	149	-
Canadian Solar Brasil Comercialização, Importação e Exportação (a)	2.775	-	7.073	-
Mariotti Eirele – ME (a)	-	-	540	-
Comtrafo Industria de Transformadores Eletricos S.A. (a)	-	-	513	-
Solargrid Energia Solar Com. e Serviços Ltda (a)	-	-	204	-
Outros	10	-	425	-
Total de Fornecedores	2.785	-	19.225	-

- (a) Fornecedores de equipamentos e serviços relacionadas à construção das usinas fotovoltaicas
(b) Fornecedor parte relacionada, ver nota explicativa no. 10.

15. Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 379.550.072,00 (R\$ 60,00 em 2019), representado por 379.550.071 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2020	Ações ordinárias	%	R\$
Acionista			
DARBY SERVTEC ENERGIA - FIP-M (a)	379.550.072	100	379.550.072
	379.550.072	100	379.550.072
31 de dezembro de 2019	Ações ordinárias	%	R\$

Acionista

DARBY SERVTEC ENERGIA - FIP-M	600	100	60,00
	600	100	60,00

Em 17 de junho de 2020 a companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 38.337, com a emissão de 38.337.198 ações ordinárias nominativas, parte integralizados em moeda corrente (R\$ 19.705) e a outra com cotas da SPE Autogeração Solar SP (R\$ 18.633), passando o capital de R\$ 1 para R\$ 38.338;

Em 01 de julho de 2020 a companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 53.611.874, com a emissão de 53.611.874 ações ordinárias nominativas, parte integralizados com adiantamentos para futuro aumento de capital (R\$ 34.800) e a outra com cotas da SPE Autogeração Solar BA (R\$ 18.812), passando o capital de R\$ 38.338 para R\$ R\$ 91.950;

Em 30 de dezembro de 2020 a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 287.600 mediante a emissão de 287.600.000 de novas ações ordinárias nominativas, integralizados com adiantamentos para futuro aumento de capital, passando o capital de R\$ 91.950 para R\$ 379.550.

Portanto, ocorreram aumentos de capital: i) em dinheiro no montante de R\$ 322.400; ii) mediante conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital social no montante de R\$ 19.705 ; iii) recebimento de quotas de empresas no montante de R\$ 37.445.

(ii) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, motivo pelo qual houve constituição de reserva legal no exercício de 2020 no montante de R\$ 50, já no exercício de 2019 não foi constituída reserva legal.

(iii) Destinação de lucros

Conforme o estatuto social da Companhia, todo o lucro remanescente após a constituição da reserva legal , serão revertidos ao caixa da Companhia e direcionados para reinvestimento nos negócios da Companhia. Por consequência, o saldo remanescente de lucro foi destinado a reserva de retenção de lucros.

16. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita operacional bruta		
Receita de serviços prestados	5.119	-
	5.119	-
Subtotal Receita operacional bruta		
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(243)	-
	4.876	-
Receita operacional líquida		

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de Serviços Prestados		
Receita de locações	2.670	-
Receita de operação e manutenção	2.449	-
	<hr/>	<hr/>
Total receita serviços prestados	5.119	-

17. Custos de Vendas

	Consolidado	
	2020	2019
Depreciação das Usinas	1.772	-
Depreciação Direito Uso	55	-
Seguros	118	-
Outras Custos	35	-
	<hr/>	<hr/>
Total	1.980	-

18. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal	546	-	545	-
Serviços tomados	1.059	-	1.209	-
Seguros	5	-	5	-
Outras despesas gerais e administrativas	14	-	65	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	1.624	-	1.824	-

19. Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes - Lucro Real

Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	1.011	1
Alíquota fiscal	34%	34%
(-) Outras exclusões:	(5)	
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(2.085)	-
Lucro Real	(1.079)	1
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	-	-
Taxa efetiva	-	-

(ii) Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido

	Consolidado	
	2020	2019
Receita com prestação de serviços	5.119	-
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	1.638	-
Receita financeira	2	-
Base de cálculo	1.640	-
IRPJ - 15%	247	-
Adicional IRPJ - 10%	129	-
CSLL - 9%	148	-
Total de IRPJ e CSLL	525	-
IRPJ e CSLL pago	304	-
IRPJ e CSLL a pagar	221	-

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) e as *subholdings* estão enquadradas no regime de tributação do lucro presumido. Consideramos nesta apuração somente as empresas com regime de tributação do lucro presumido.

20. Instrumentos financeiros

(i) Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	148.380	-	-
Fornecedores	-	19.225	-
Outras Contas a Receber	12.407		
Arrendamentos a Pagar	-	(25.588)	22.811
Partes Relacionadas	40	3.519	-

Em 31 de dezembro de 2019	Ativos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	7.444	-	-
Adiantamento para Futuro	12.263		
Aumento de capital		-	-

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis.

Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes do Grupo. As empresas que compõem o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de caixa de equivalentes de caixa, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” é de R\$ 148.380 (2019: R\$ 244).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2020	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores (Nota 14)	19.225	19.225	-	-
Arrendamentos por direito de uso (nota 13)	25.589	1.717	1.793	49.923
Total	41.320	17.448	1.793	49.923

Em 2019 o Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro relevante.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Empresa e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

O Grupo não operou em 2020 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2020	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações Financeiras	CDI	1,90%	1,71%	1,43%	2,09%	2,38%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>148.380</u>	<u>150.917</u>	<u>150.502</u>	<u>151.481</u>	<u>151.911</u>
Passivo						
Arrendamentos	IPCA	4,52%	4,07%	3,39%	4,97%	5,65%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>25.589</u>	<u>26.630</u>	<u>26.456</u>	<u>26.861</u>	<u>27.035</u>

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário C considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

Taxa de fechamento na data	
2020	2019
4,52%	4,31%

21. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cotas da Autogeração Solar Bahia cedidas pelo FIP Darby em troca de ações da companhia	18.812	-	-	-
Cotas da Autogeração Solar SP cedidas pelo FIP Darby em troca de ações da companhia	18.633	-	-	-
Adoção inicial do IFRS 16 – Direito de Uso e arrendamento	-	-	25.599	-
Aumento de capital com integralização de AFACs de anos anteriores	19.705	-	-	-

22. Eventos subsequentes

- (i) Em 12 de janeiro de 2021 foi energizada a Usina Fotovoltaica de Salto de Pirapora, vinculada a SPE Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 6 SPE Ltda;
- (ii) Em 28 de janeiro de 2021 o grupo fechou a aquisição da Move Energia Renovavel II SPE Ltda, projeto em fase de desenvolvimento para futuramente ser construído uma Usina Fotovoltaica;
- (iii) Em 12 de março de 2021 foi energizada a Usina Fotovoltaica de Rio das Flores (expaço), vinculada a SPE Solarian Locação e Manut. de Sistemas Solares- Unidade 5 SPE Ltda;
- (iv) Em 31 de março de 2021 a companhia vendeu os ativos registrados no contas a receber (Geradores Fotovoltaicos) para as SPEs: DGS-1 Locadora SPE Ltda, DGS-2 Locadora SPE Ltda SP e DGS-3 Locações e Manutenção de Maquinas e Equipamentos SPE Ltda. pelo valor total de R\$ R\$ 8.918 (nove milhões, novecentos e dezoito mil);
- (v) Em 31 de março de 2021 ocorreu o aumento de capital Social na GDPAR DGSTOT Participações S/A (holding dos projetos da Ecoluz), no montante de R\$ R\$ 9.893 (nove milhões, oitocentos e noventa e três mil reais), sendo parte integralizados com AFACs e a outra em moeda corrente.

* * *

Augusto Cesar do Nascimento Beber
Representante Legal

Hudson de Souza e Silva
Diretor de Operações

Responsável técnico

Jose Tadeu Matias
Contador CRC 1SP215874/O/3